



## **Radicais e socialistas: os limites da reforma na Argentina do começo do século XX.**

Fabio Luis Barbosa dos Santos\*

**Resumo:** Este artigo confronta os primeiros decênios da trajetória da *Unión Cívica Radical* e do *Partido Socialista*, dois partidos que emergiram no contexto de questionamento da *política criolla* na Argentina da virada do século (XIX-XX), analisando o triunfo eleitoral dos radicais em 1916 sob o ângulo dos limites para a democratização da sociedade argentina naquela conjuntura.

**Palavras-chave:** Política Argentina. Socialistas. Radicais.

**Abstract:** This article confronts the first decades of the activity of *Unión Cívica Radical* and the *Partido Socialista*, two political parties that are created in the context of crisis of the established *politica criolla* in Argentina at the turning of the century (XIX-XX), perceiving the triumph of the Radicals in 1916 as an expression of the limits for democratization of the Argentinian society in that circumstance.

**Key words:** Argentine politics. Socialists. Radicals.

### **Radicais e socialistas: os limites da reforma na Argentina do começo do século XX.**

#### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é problematizar os limites para a democratização da sociedade argentina no contexto da reforma eleitoral promulgada pelo presidente Saenz Peña em 1912. Nossa hipótese é que, a despeito da mudança operada nos padrões consagrados pela política oligárquica, a eleição subsequente do candidato radical à presidência, Hipólito Yrigoyen, convergiu com a orientação socialmente conservadora da reforma, que em última análise, conteve as pressões por mudança social que encontravam no Partido Socialista o seu principal portador. Nesta ótica, o contraste entre as trajetórias da UCR e do Partido Socialista revela características da política e da sociedade argentina no começo do século XX, ao mesmo tempo em que ilumina os constrangimentos para a sua mudança.

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana).



Para realizar este propósito, o artigo inicia-se com uma sucinta descrição dos vetores fundamentais que transformaram a fisionomia da sociedade argentina no último quarto do século XIX, salientando as implicações políticas do processo. A seguir, abordamos a formação contemporânea da Unión Cívica Radical e do Partido Socialista, enfatizando o contraste teórico e prático de suas políticas desde o seu momento fundador. Na terceira parte, reconstituímos a ascensão do protesto operário no começo do século XX, procurando situar a reforma política de 1912 neste contexto. Concluímos o texto com algumas considerações sobre o significado do triunfo eleitoral radical em 1916 face às pressões por democratização social, encampadas entre outros, pelo Partido Socialista.

### **Consumação da Argentina moderna**

A consumação da unidade nacional associada ao crescimento na demanda internacional por gêneros agro-pecuários, decorrência das transformações no mercado mundial correspondentes à afirmação do capital monopolista, resultaram em um período de crescimento espetacular, culminando o processo de formação da argentina moderna. Cortés Conde resume o dinamismo econômico deste período nos seguintes termos:

The outstanding feature of the period 1880-1912, with the exception of the years 1890-5, was rapid economic growth. All the indicators point to an average annual growth rate of more than 5 per cent over the three decades, which distinguishes this period from any other in Argentine history (CORTÉS CONDE, 1986, p. 355).

Do ponto de vista interno, o fim da Guerra da Tríplice Aliança, a progressiva subordinação dos caudilhos e o avanço militar sobre território indígena consumaram as premissas geopolíticas para a afirmação do estado nacional. O pacto federativo foi consolidado com a federalização de Buenos Aires e a costura de uma imbricada rede política de alcance nacional, forte o bastante para controlar os poderes locais, mas suficientemente flexível para incorporar governadores provinciais a uma estrutura política mais vasta. Conformou-se assim ao mesmo tempo, uma camada dirigente e um pacto político capazes de gerir o estado através de mecanismos que prescindiam das ameaças seccionistas e colaboravam para manter as divergências no âmbito intra-elitista, produzindo um nível de estabilidade institucional inédito (BOTANA, 1977).

Do ponto de vista das relações com o mercado mundial, o processo de exportação de capitais e a acentuação da divisão internacional do trabalho inerentes ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, geraram as condições do extraordinário



crescimento econômico experimentado nos decênios sucessivos (FERRER, 1970). No período entre 1860 e 1913 a Argentina recebeu cerca de 8,5% dos investimentos dos países exportadores de capital no mundo, correspondente a 1/3 do investido na América Latina (42% do investimento do Reino Unido na região). Entre 1880 e 1910 o valor das exportações multiplicou-se por seis. O intercâmbio comercial subiu de 104 milhões em 1880 a 724 milhões pesos oro em 1910. Dado significativo da penetração mercantil do território, a rede ferroviária em 1890 tinha 2313 quilômetros de extensão; dez anos depois, contava com 9254 quilômetros e em 1904 alcançava 19.430 quilômetros.

O principal setor afetado pela expansão econômica foi a agricultura: no curto período entre 1875 e 1895 a Argentina passou de importadora de trigo à terceira exportadora mundial do produto (GALLO, 2004). A superfície cultivada total sofreu um aumento extraordinário, saltando de 580.000 a 24.000.000 de hectares entre 1872 e 1915. As exportações agrícolas em 1870 representavam menos de 1% do total enquanto os produtos pecuários alcançavam 95%; no começo do século a participação dos setores já era equivalente, relação que aproximadamente se manteve nos decênios sucessivos (FERRER, 1970; ROCK 2001; ROMERO, 2007).

Em um contexto em que a ameaça indígena sucumbia diante da expansão agrícola apoiada na penetração ferroviária, milhões de hectares eram abertos para a colonização atraindo o trabalhador expulso do campo europeu, cuja imigração era facilitada por uma significativa redução nos custos da travessia atlântica (CARMAGNANI, 1989). Na expressão de José Luis Romero, a Argentina entrou na sua “era aluvial” (ROMERO, 2001): a população do país quadruplicou em pouco mais de uma geração, passando de 1.830.214 em 1869 a 7.885.237 em 1914, quando cerca de ¼ dos habitantes do país eram estrangeiros. A região pampeana, que concentrou o fluxo de imigrantes, saltou de 929.030 habitantes em 1869 para 2.625.452 em 1895 (GALLO, 2004). Outra consequência deste movimento foi a definitiva afirmação da preponderância econômica e demográfica do litoral sobre o interior no período, onde concentrava-se 63,5% da população no final do século (PANETTIERI, 1982; ROMERO e BERTONI, 1989). No entanto, as características socioeconômicas da modernização do campo argentino, onde as travas para o acesso à propriedade da terra<sup>1</sup> conjugadas com a elevada produtividade por trabalhador empregado nas atividades fundamentais (a pecuária requeria pouca mão-de-obra e a agricultura mecanizada concentrava a demanda por trabalhadores na colheita), reduziavam as

<sup>1</sup> A concentração fundiária tem seu marco institucional republicano, mesmo que não intencional, nas leis decretadas por Rivadavia nos anos 1820, que proibem a alienação da terra pública adotando o sistema de enfiteusis, de inspiração romana. Ver: ODDONE, 1967.



possibilidades de fixação dos imigrantes no campo, dirigindo significativos contingentes para as cidades (FERRER, 1970). Na síntese de Gallo: “(...) *mass immigration, which began as a drive to fill the desert, ended by swelling the towns*” (GALLO, 1986, p. 375).

Como resultado, a Argentina foi o primeiro país do continente onde a população urbana ultrapassou a rural, que saltou de 29% em 1869 para 53% em 1914. As principais cidades do país se expandiram (no litoral como no interior), embora nenhuma como Buenos Aires, que passou de 181.838 habitantes em 1869 para 1.575.814 in 1914. Neste mesmo período, a parcela da população vivendo no litoral passou de 48% para 72%, consolidando a primazia econômica da região em relação ao interior do país (CORTÉS CONDE, 1986). Os estímulos derivados do dinamismo do setor exportador fomentaram um desenvolvimento embrionário do mercado interno, abrindo a possibilidade de crescimento para zonas do interior como fornecedora de gêneros voltados para o mercado litorâneo. O fim das alfândegas internas e a progressiva extensão ferroviária consolidaram a tendência de integração das regiões do país a um mercado nacional, sob a égide de Buenos Aires (FERRER, 1970).

Embora a racionalidade da economia exportadora seja contrária ao protecionismo industrial, a própria intensidade do crescimento estimulou o desenvolvimento das manufaturas e dos serviços, resultando em uma diferenciação econômica que incidiu na complexidade do padrão de estratificação social (BORÓN e PEGORARO, 1985). A crua polarização entre proprietários e não-proprietários rurais abriu espaço para a emergência de estratos médios urbanos e rurais através do desenvolvimento do comércio, dos serviços públicos, das profissões liberais e do empreendedorismo rural. Ao mesmo tempo, a extensão ferroviária e portuária, o avanço da construção civil, da manufatura e do assalariamento rural sinalizavam para a constituição de uma classe operária, franqueando novas possibilidades de organização dos trabalhadores que projetava para a pauta nacional a questão social.

Assim, se as transformações encetadas pelo dinamismo da economia de exportação não alteraram a estrutura da concentração fundiária nem a natureza dependente dos nexos da economia argentina com o mercado mundial, acarretaram mudanças substantivas no padrão de estratificação social, que exigiam inovações correspondentes no plano político. A emergência de novos atores sociais resultado da diferenciação econômica pressionava pela superação das velhas formas de fazer política, apontando para modalidades mais modernas e democráticas. Em outras palavras, a política *criolla* entrava em contradição com a própria sociedade que gerou:



Los hombres del régimen del ochenta marcharon por este camino. Conservaron las instituciones de la república restrictiva; abrieron con pasión las puertas a la inmigración, al capital y a la cultura universal. Defendieron un orden político conservador; alentaron el desarrollo de una sociedad más igualitaria. (...)Montaran una máquina productora de decisiones públicas para transformar el contorno y el mismo se volvió, luego, en contra de aquella, portando una amenaza de desborde. Al principio, los fundadores tuvieron que lidiar con un espacio disregrado; después, cuando el espacio adoptaba una fisonomía más unificada, vieron crecer valores antagónicos – los de la sociedad y los de la política – sin puentes de comunicación que pudieran vincularlos (Botana, 1977, p.223)

Este desajuste entre a modernização das relações econômicas e o atraso das formas políticas - na chave marxista, uma contradição entre infraestrutura e superestrutura - está na raiz dos movimentos golpistas que sacodem o país na esteira da crise econômica do início dos anos 1890, e que desembocam na formação da União Cívica Radical e do Partido Socialista.

## 2) Radicais e socialistas

Na sua origem, o radicalismo argentino é dirigido por uma facção de dirigentes da própria elite que se rebelou contra o presidente Juárez Celman em 1890, congregando distintas facções da província de Buenos Aires fiéis a tradição política do autonomismo e excluídas dos cargos públicos e do acesso ao clientelismo estatal. Assim, o movimento tem origem patricia e atrai sobretudo estudantes rebeldes da *aristocracia criolla*. Não havia um corte de classe no radicalismo, que contava com proeminentes proprietários de terra na sua direção. A sua novidade foi antes tática: a tentativa de mobilizar a população urbana em seu favor, sem dispensar o concurso do setor militar que deveria concretizar o golpe.

O recurso à violência não foi apoiado por um dos dirigentes da *Unión Cívica de la Juventud*, organização germinal do radicalismo argentino. Nascido em 1865, Juan B. Justo cursou medicina em Buenos Aires e foi graduado com distinção, o que lhe valeu uma viagem de estudos à Europa em 1888. Nesta viagem tomou contato com as tradições socialistas do velho mundo, inclusive com a obra de Karl Marx, aguçando uma sensibilidade para a questão social. De volta a Buenos Aires em 1890, começou a trabalhar como médico e a lecionar Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina. Neste período vinculou-se à *Unión Cívica de la Juventud*, organização germinal do radicalismo argentino, mas se opôs à tentativa de golpe



com apoio militar realizada neste mesmo ano, atuando apenas como médico em atendimento aos feridos nos combates. Este pacifismo de Justo não seria circunstancial: foi um dos elementos que o aproximou de Jean Jaurès quando se conheceram no congresso da II Internacional em Copenhague em 1910 e que resultaria no convite, aceito pelo francês, para que visitasse a Argentina e proferisse uma série de conferências, depois publicadas.

Discordâncias de método, de programa, de organização e de orientação de classe afastam Justo da *Unión Cívica*<sup>2</sup>, orientando seu ativismo político para o ambiente proletário e a militância socialista, em acelerada ascensão no país. No conjunto dos anos 80 registraram-se 48 greves - metade das quais por aumento de salários - sintoma da combatividade crescente dos trabalhadores. Dentre os setores organizados encontram-se pedreiros, gesseiros, padeiros, ferroviários, estivadores e carpinteiros (GODIO, 1979).

É notório o impacto da imigração atlântica na difusão do ideário social progressista europeu no continente (COLE, 1974). Na Argentina, a acelerada modernização produtiva concedia lastro à pregação socialista, que disputava com o anarquismo a adesão ideológica dos trabalhadores mais combativos, como no Velho Mundo. Quando em Paris reuniu-se o Congresso Socialista Internacional em 1889, grupos operários no país responderam ao seu chamado, lançando a campanha pela jornada de 8 horas. Em 1890, realizou-se em Buenos Aires a primeira celebração do 1º de maio, mobilizada pelo clube alemão Vorwärts, congregando cerca de 3000 pessoas no Prado Español. Neste mesmo ano sob a liderança do imigrante alemão German Ave Lallemand, iniciou-se a publicação do periódico *El Obrero*. (TARCUS, 2007).

É no contexto da conjunção entre a fissura nos padrões de mando da política *criolla*, e a ascensão da organização e reivindicação dos trabalhadores, que aparecerá em 1894 o periódico *La Vanguardia* editado por Juan B. Justo, núcleo a partir do qual se constituirá o *Partido Socialista* em 1896. Principal liderança política e ideológica do partido desde a fundação até a sua morte (1929), Justo imprimirá através de uma trajetória incansável e intransigente nos seus princípios, a marca fundadora do socialismo argentino.

Assim, se o surgimento de ambos partidos encontra um marco explicativo comum na contradição estrutural subjacente ao período; se ambas organizações apresentam-se como partidos orgânicos, movidos por um programa e não por interesses pessoais, orientados por

---

<sup>2</sup>A *Unión Cívica Radical* é constituída em 1891 a partir da divisão provocada pela adesão da ala mitrista da *Unión Cívica* ao governo. A facção mitrista fica conhecida como *Unión Cívica Nacional* e a ala radical toma este nome a partir da declaração de Leandro Alem contrária ao acordo com o governo “yo no acepto acuerdos, soy radical en contra del acuerdo, soy radical intransigente”.



uma direção e não um caudilho e neste sentido, se assumem portadores de uma renovação política; concretamente, as respostas que constroem no cenário político argentino situam-se nas antípodas das possibilidades abertas.

A UCR assumiu como tática a abstenção eleitoral até a lei Sáenz Peña em 1912, enquanto o PS, apesar de denunciar o caráter fraudulento dos pleitos (CÚNEO, 1997, p. 187), sempre optou pela participação.

Do ponto de vista programático, o contraste é notável. De um lado, os documentos da UCR expressam em um linguajar valorativo, de nítido viés ideológico, uma crítica moralizadora do sistema político vigente, sem avançar um programa social e econômico concreto (ROCK, 2001). De outro, os programas do PS seguem uma estrutura coerente, que infalivelmente encaminha uma série de propostas concretas, que englobam de reivindicações trabalhistas (como a jornada de 8 horas, proibição do trabalho infantil, salário igual para homens e mulheres) a políticas econômicas, sociais e culturais (como o livre-comércio, a abolição de impostos, sufrágio universal, ensino laico, a separação de Igreja e Estado). Resultado deste posicionamento, enquanto os socialistas se assumem como defensores dos interesses da classe trabalhadora, os radicais se identificam com os interesses da Nação, como indicam Botana e Gallo:

Esta identificación de la política con un movimiento nacional, encarnado en un partido y un hombre, concebía el sufragio universal como el único medio legítimo para revelar esa orgánica manifestación patriótica. El sufragio universal era así el instrumento que daría a luz el verdadero regeneracionismo argentino. La causa del radicalismo según Yrigoyen era la de “la nación misma”. Esta perspectiva se situaba en las antípodas de la que defendía Juan B. Justo desde el Partido Socialista. Participacionista en los actos electorales, como hemos visto, desde fines de los noventa, la justificación teórica del sufragio universal que enarbolaban los socialistas procuraba incorporar al régimen político a una clase social formada por intereses económicos.”(BOTANA & GALLO, 1997, p. 119)

Os díspares nexos avançados entre programa e base social, impactarão no projeto organizativo de cada uma das organizações. Enquanto o Partido Socialista optará por uma estrutura menor e programaticamente coesa<sup>3</sup> a UCR buscará tecer uma rede de contatos

<sup>3</sup> A coesão ideológica do partido teve como contrapartida 5 cisões no período de vida de Juan B. Justo, falecido em 1928, um dos quais destinado a constituir o Partido Comunista Argentino. Ver: PLÁ, 1986, p. 59, nota 23.



através do país, baseada em um discurso moralista e vago, orientada à incorporação massiva. Entrado o século XX, o programa do partido socialista se dirigirá fundamentalmente aos trabalhadores urbanos e incentivará a nacionalização dos imigrantes, freqüentemente operários privados de direitos políticos, enquanto a UCR focará o seu discurso nos filhos de imigrantes, embrião de uma classe média gestada no bojo da diferenciação econômica.

A opção eleitoral, a objetividade do discurso e do programa, a coesão partidária e a base de classe diferenciam portanto desde a sua gênese o *Partido Socialista da Unión Cívica Radical*. Mais além, cabe notar uma coerência notável no diagnóstico dos problemas e no conjunto de propostas defendido pelos socialistas através da vida política de Justo. Esta ortodoxia beira a intransigência, uma vez que mesmo acontecimentos do porte da Grande Guerra e da Revolução Russa não levam o seu líder principal a rever as posturas adotadas. Desde o manifesto original de 1896, o partido posicionou-se a respeito de todos os grandes temas do país – como os direitos trabalhistas, a questão agrária, a nacionalização dos imigrantes, o sufrágio universal, impostos sobre o consumo, direitos alfandegários, protecionismo versus livre-cambismo, questão da moeda, ensino público, estado laico. Postura que será reafirmada no decorrer dos anos através do periódico *La Vanguardia*, da atividade parlamentar da organização e da produção teórica de seu líder indiscutível, Juan B. Justo.

### 3. Reforma

A Unión Cívica Radical liderada por Hipolito Yrigoyen e o Partido Socialista comandado por Justo atuaram no contexto da notável expansão econômica do início do século XX, onde a formação embrionária de uma classe operária e a proliferação de estratos médios aguçavam as pressões por uma renovação política, culminando na reforma eleitoral promulgada em 1912.

No campo operário, o primeiro decênio do século testemunha um vigoroso ascenso do protesto social sob a influência preponderante do anarquismo. Multiplica-se a sindicalização de trabalhadores, resultando na conformação das primeiras centrais sindicais. Em 1901 é fundada a FOA – Federación Obrera Argentina, de inspiração anarquista (que a partir de 1904 se denominará FORA), e dois anos depois constitui-se a UGT - Unión General de Trabajadores, inicialmente de orientação socialista mas posteriormente influenciada pelo sindicalismo revolucionário. Apesar das distintas tentativas de unificação verificadas a partir de 1906, serão raros os momentos onde a ação de ambas organizações e do partido socialista confluirão (GODIO, 1979; PANETTIERI, 1982).



De modo geral, a relutância dos socialistas argentinos em aderir ao confronto como método de reivindicação social e as ressalvas com relação ao recurso à greve, decretaram a dominância das correntes anarquistas no interior dos sindicatos. A presença de divulgadores eminentes do movimento no país, como Errico Malatesta entre 1885-89 e Pietro Gori posteriormente, a difusão destas idéias nos países de origem dos imigrantes mediterrâneos, e a popularidade deste ideário entre camponeses desgarrados e junto ao operariado que produz em base artesanal, são fatores que reforçam a posição do anarquismo na Argentina no período.

A despeito da relutância socialista, o auge do modelo agro-exportador é correspondido pela intensificação do movimento grevista e da organização sindical. Em 1902 verifica-se a primeira greve geral do país. Dois anos depois estala novamente o confronto, desta vez apoiado pelos socialistas, que voltam a somar forças em 1909 por ocasião de uma memorável greve geral vitoriosa<sup>4</sup>.

A resposta estatal foi sempre repressiva. Os eventos de 1902 motivaram a aprovação da *ley de residencia*, chancelando a expulsão de todo estrangeiro considerado subversivo. Esta lei seria complementada em 1910 com a *ley de defensa social*, que além de autorizar o encarceramento dos trabalhadores nativos suspeitos, estabelecia uma graduação crescente de punições por crimes políticos que chegava à pena de morte.

A intolerância com o protesto social encontrava correspondência política em um sistema eleitoral caracterizado por restrições censitárias, manipulação clientelista do eleitorado, mecanismos de sanção dos candidatos e a pura fraude (BOTANA, 1977). A estreita margem para a contestação dentro da ordem era intuída pelos radicais, que desde a fundação da *Unión Cívica* nos anos noventa boicotavam sistematicamente as eleições, ao mesmo tempo em que realizavam sucessivas tentativas golpistas em conluio com setores militares para tomar o governo. Apesar da derrota fragorosa da última conspiração no início de 1905, o partido engatou em um súbito processo de crescimento, cujo motor eram as transformações na estrutura social decorrentes da expansão econômica (ROCK, 2001).

Nesta conjuntura, a base social do partido gravitava progressivamente para as classes médias urbanas, sem deixar de ser comandado pelos proprietários de terra. Conseqüentemente, seu conteúdo programático persistia nebuloso, resumindo-se a ataques

---

<sup>4</sup> As estatísticas divergem: Em Godío, em 1902 registram-se 29 greves e entre 1906-9, outras 105. Panettieri apresenta estatísticas policiais que somente na capital federam contabilizam respectivamente: 1907: 231 greves mobilizando 169.017 trabalhadores; 1908: 118 e 11.561; 1909: 138 e 4762; 1910: 298, 18.806. Independentemente dos números, é inegável a vitalidade do protesto social no período.



moralistas acompanhados da demanda por um governo representativo. No plano organizativo, projetava-se a liderança de Hipólito Yrigoyen, que cultivando um estilo político baseado na negociação cara a cara e na tessitura de lealdades pessoais, costurava um novo tipo de amálgama político, agrupando núcleos regionais em uma estrutura nacional sob o seu comando personalista. Assim, o radicalismo adquiria as características orgânicas de um movimento de massas nacional sem romper com a sua orientação ideológica de origem: “*De este modo, el radicalismo se desarrolló menos como un partido, en el sentido estricto de la palabra, que como un movimiento de masas que fundaba su fuerza en una serie de actitudes emocionales.*” (ROCK, 2001, p. 67)

Ao contrário dos radicais, o Partido Socialista comandado por Juan B. Justo apresentou-se constantemente nas disputas eleitorais. Em 1904 elegeu Alfredo Palacios como o primeiro deputado socialista das Américas e no ano seguinte, o periódico *La Vanguardia* editado pelo partido passou a ser vendido nas ruas com tiragem diária, testemunho do crescente prestígio da organização.

Embora impotentes para ocupar um espaço hegemônico no poder público, os socialistas atuavam com energia e constância em defesa do interesse dos trabalhadores, apesar do contexto adverso de repressão e fraude. Em um artigo escrito em 1910, Justo mostrava-se otimista em relação às perspectivas do socialismo no país. Elencava entre as suas realizações diversas conquistas trabalhistas, a agitação em prol da naturalização dos imigrantes, o apoio a greves, a eleição de um deputado, um diário em atividade, além de inúmeras iniciativas no campo da educação popular e a fundação de uma cooperativa habitacional (JUSTO, 1998, p. 46). No conjunto, avaliava que o enraizamento do socialismo e a nacionalização da organização operária eram indícios positivos de que a Argentina avançava no processo civilizatório:

Como resultado dos novos costumes e das novas idéias propagadas entre os trabalhadores do país, vemos a melhor adaptação ao nosso meio do trabalhador braçal estrangeiro, assim como a adequação cada vez mais completa do nosso meio ao trabalhador estrangeiro – um movimento duplo que nos aproxima dos países cultos. (JUSTO, 1988, p. 50).

Ironicamente, este artigo não foi publicado na edição comemorativa do Centenário no jornal *La Nación* a que se destinava, em função do estado de sítio decretado dias antes. Também não pôde ser aproveitado pelo diário do partido, que teve sua gráfica depredada. Esta situação não era excepcional, já que a conjunção entre a ascensão do movimento operário e do



prestígio anarquista, a pressão política socialista, e a permanente conspiração radical colocava o país em um estado latente de convulsão social. Nicolás Repetto, colega socialista de Juan B. Justo, resumiu a crescente agitação destes anos:

Durante el período de gobierno de Quintana- Figueroa Alcorta, transcurrido desde octubre de 1904 a octubre de 1910, estallaron cinco huelgas generales y una bomba de tiempo en la platea del teatro Colón; se decretó cuatro veces el estado de sitio, una de las cuales fué a causa del motín radical del mes de febrero del año 1905; se sancionó la ley de defensa social; se perpetraron cuatro matanzas de obreros y se empastelaron “La Vanguardia” y algunos otros periódicos obreros. (REPETTO, 1956, p. 106).

Semelhante efervescência era indício claro da necessidade de reformar o sistema político para preservar a reprodução da economia exportadora. O desajuste entre a modernização econômica e as arcaicas formas da política *criolla* se agudizava, colocando em risco a viabilidade da própria ordem conservadora. É neste contexto que aprova-se em 1912 o conjunto de reformas eleitorais conhecidas como lei Sáenz Peña, nome do presidente que as sanciona pouco antes de falecer. O cálculo social que motiva a medida é explicitado por Justo: “(...) *és más cómodo hacer una nueva ley de elecciones que reprimir una huelga general a cada seis meses.*” (JUSTO, Apud: REPPETO, 1956, p. 125).

#### 4. Conclusão

Se a reforma eleitoral no seu conjunto aponta para uma abertura política ao ampliar o contingente eleitoral, na prática as possibilidades de renovação enfrentavam múltiplos constrangimentos, seja por mecanismos que limitavam o alcance da universalização do sufrágio (como a proibição do voto de estrangeiros), seja pelo entrave à renovação do conjunto das instâncias representativas, principalmente o Senado. Em última instância, o sistema se organizava de forma a garantir a preservação da ordem através do voto conservador do campo, onde a liderança popular de corte carismático reivindicava a autoridade clientelista em que se assentava a política tradicional (BOTANA, 1977).

Embora haja controvérsia sobre a intenção original e o principal beneficiário da Lei Sáenz Peña<sup>5</sup>, entendemos que a reforma eleitoral produziu uma renovação dos quadros

---

<sup>5</sup> Duas posições diferentes no campo crítico ao triunfo radical encontram-se em: ROCK, 2001, e SARTELLI, 1996. O próprio Justo consigna sua visão da reforma eleitoral nestas palavras proferidas por ocasião do falecimento de seu autor: “(...) *creemos que el señor presidente de la República, doctor Sáenz Peña, supo*



políticos sem alterar a estrutura social do país, respondendo de forma exitosa ao desígnio de uma reforma política conservadora. Ainda que o Partido Socialista observe um notável crescimento no período, chegando a dominar o colégio eleitoral da capital federal, o maior ganhador político foi, indubitavelmente, o radicalismo. Ao recorrer a um novo tipo de amálgama político, fusionando grupos regionais em uma organização nacional que canalizava suas esperanças em uma nova espécie de caudilho eleitoral, a UCR transcendeu exitosamente as fronteiras bonarenses, abandonando o abstencionismo depois de sucessivos golpes frustrados para eleger Hipólito Yrigoyen presidente da república em 1916, inaugurando uma era de ininterrupto domínio político que se estenderia até o golpe militar de 1930<sup>6</sup>.

Se a reconstituição da gênese do radicalismo permite entrever o seu caráter conservador, o aguçamento dos conflitos sociais durante a presidência de Yrigoyen explicitou o caráter ideológico da postura supraclassista que se advogava, ao recorrer à repressão impiedosa em eventos como a Semana Trágica de 1919 e o protesto rural na Patagônia (Ver: BAYER, 2007; ROCK, 2001). Nesta perspectiva, o triunfo radical representa a derrota das forças sociais que militaram para conciliar abertura política com democratização social na Argentina do começo do século XX e que encontraram no Partido Socialista seu principal portador. Apesar do espaço político ocupado e das conquistas dos trabalhadores no período, o partido será impotente na conjuntura para promover a superação das estruturas de dominação de classe legadas pelo passado colonial. A partir deste momento, ainda que o Partido Socialista amplie seu espaço parlamentar no decênio seguinte e logre subsistir como organização através do século XX, o sentido progressista da sua crítica se esvazia, superado por novas alternativas políticas e ideológicas que se configuram no país e no mundo.

### Referências bibliográficas

BOTANA, Natalio. **El Orden Conservador**. Editorial Sudamericana, 1977.

BOTANA, Natalio; GALLO, Ezequiel. **De la República posible a la República verdadera (1880-1910)**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

---

*comprender en su hora una gran necesidad pública. Actuó en un momento de la historia argentina en que el problema fundamental de era el de la realidad del sufragio, el de la verdad del sufragio universal (...) consiguió hacer del parlamento argentino, un verdadero parlamento moderno. Fue, evidentemente, un civilizador.*"(JUSTO, Apud: REPETTO, 1956, p. 349).

<sup>6</sup> Uma análise dos governos radicais no período do prisma da história política, enfatizando a evolução interna do partido encontra-se em: PERSELLO, 2000. O mesmo texto está disponível na página do Instituto Nacional Yrigoyeniano: <<http://www.yrigoyen.gov.ar/gobiernosradicales.htm>>. Para uma abordagem que focaliza a profissionalização da política nestes anos apoiada em um trabalho de prosopografia, consultar: FERRARI, 2009.



- CAMAGNANI, Marcelo. **Las migraciones europeas en su área de origen. Em Europa, Asia y África en América Latina y el Caribe.** coordinado por Birgitta Leander. Siglo XXI, 1989.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Nacionalismo y liberalismo economicos en Argentina (1860-1880).** Ediciones Solar, 1971.
- COLE, G. D. H. **Historia del pensamiento socialista. vol. IV. La segunda internacional (1889-1894),** primera parte. México: FCE, 1974.
- CÚNEO, Dardo. **Juan B. Justo y las luchas sociales en la Argentina.** Ediciones Solar, Buenos Aires, 1997
- FERRARI, Marcela. **Los políticos en la república radical. Prácticas políticas y construcción de poder.** Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2008.
- FERRER, Aldo. **La economía argentina.** FCE, 1970. David Rock. *El Radicalismo Argentino, 1890-1930.* Amorrortu editores, 2001. José Luis Romero. *Las ideas Políticas en Argentina.* FCE, 2007.
- GALLO, E. CORTÉS CONTE, R. **La Republica Conservadora.** Hyspamérica, 1986, Buenos Aires.
- GALLO, Ezequiel. **La Pampa Gringa.** Edhasa, 2004.
- GODIO, Julio. **História del Movimiento Obrero Latinoamericano.** El Cid Editor, 1979
- HALPERIN DONGUI, Tulio. **Una nación para el desierto argentino.** Prometeo libros, Buenos Aires, 2005.
- ODDONE, Jacinto. **La burguesia terrateniente.** Ed. Libera, 1967.
- PERSELLO, Ana Virginia. Los gobiernos radicales: debate institucional y práctica política. Em: FALCÓN, Ricardo (dir.). **Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930).** Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
- PLA, A. J. Orígenes del Partido Socialista Argentino. Em: **Cuadernos del Sur** 4 (1986).
- REPETTO, Nicolás. **Mi paso por la política.** Santiago Rueda Editor, Buenos Aires
- ROMERO, José Luis. **El desarrollo de las ideas em la sociedad argentina del siglo XX.** FCE, México, 1965.
- PANETTIERI, José. **Los Trabajadores.** Centro Editor de América Latina, 1982.
- ROCK, David. **El Radicalismo Argentino, 1890-1930.** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.
- SARTELLI, Eduardo Sartelli. Celeste, blanco y rojo. Democracia, nacionalismo y clase obrera en la crisis hegemónica, **Historia**, en Razón y Revolución nro. 2, primavera de 1996, reedición electrónica.
- SHUMWAY, Nicolas. **La invención de la Argentina. História de una idea.** Emecé, Buenos Aires, 2002.
- TARCUS, Horacio. **Marx en la Argentina.** Siglo XXI, 2007.